

Fecha de recepción: marzo de 2017

Fecha de aceptación: junio de 2017

### Resumo

Cenas cotidianas: as representações da loucura nos periódicos manauara tem como objetivo precípua a análise da loucura dos vesânicos, e de como essa patologia influenciava os espaços de sociabilização e determinavam as estruturas firmadas entre a elite e o poder público na exclusão e internação dos loucos e seus companheiros de fama. Esta reflexão tem como período cronológico os primeiros anos republicanos em Manaus, tempo banhado pelo ouro branco vindo dos seringais e que determinou os ares de modernização característicos das capitais brasileiras na Belle Époque. Para além da construção do período cronológico, utilizamos como fontes documentais primárias os jornais, periódicos e revistas que circulavam na urbe, ditando novas regras de convivência, novos moldes de sociabilização, divulgando os projetos faraônicos da cidade que se reestruturava e a cientificidade crescente do saber-médico em institucionalizar, curar e tratar todos os doentes sociais. Como fontes secundárias, temos os relatórios e mensagens dos governantes, os códigos de posturas, leis e decretos, além das referências bibliográficas de cunho geral e regional.

**Palavra-chaves:** Imprensa; Cotidiano; Loucura.

### Resumen

Escenas cotidianas: las representaciones de la locura en periódicos en Manaus tiene por objetivos principales el análisis de la locura de los alienados, y cómo esta enfermedad influyó en los espacios de socialización y determinaron las estructuras firmados entre la élite y la exclusión del gobierno y la internación de los locos y sus compañeros de la fama. Esta reflexión tiene como período cronológico los primeros años de la República en Manaus, el tiempo bañado en el oro blanco de las jeringas y que determina los aires de modernización de la capital brasileña en la Belle Époque. Además, de la construcción del periodo cronológico, se utiliza como documentos y fuentes primarias los diarios, periódicos y revistas que circulan en la metrópoli, dictando nuevas normas de convivencia, nuevas formas de socialización, la promoción de los proyectos faraónicos de la ciudad que se reestructuró y el creciente conocimiento científico -médico de institucionalizar, curar y tratar todos los males sociales. Como fuentes secundarias, tenemos los informes y mensajes de los líderes, códigos de posturas, las leyes y decretos, además de referencias a la naturaleza general y regional.

**Palabras clave:** Prensa; vida cotidiana; locura

\* Antônio Emílio Morga é Professor da Universidade Federal do Amazonas lecionando no Departamento de História e do Programa de Pós Graduação. Coordenador do Laboratório de Estudo de Gênero/LEG.

\* Lidiane Álvares Mendes, é mestra em História Social pela Universidade Federal do Amazonas. Membro do Laboratório de Estudo de Gênero e professora da rede pública mato-grossense de ensino. Contacto: [aemorga@ibest.com.br](mailto:aemorga@ibest.com.br)

## Abstract

Everyday scenes: the representations of madness in the Manauara periodicals have as their main objective the analysis of the madness of the vesicans, and also how this pathology influenced the spaces of socialization and determined the structures established between the elite and the public power in the exclusion and hospitalization of the madmen and His comrades of fame. This reflection has as its chronological period the first republican years in Manaus, time bathed by the white gold coming from the rubber plantations and that determined the airs of modernization characteristic of the Brazilian capitals in the Belle Époque. In addition to the construction of the chronological period, we used as primary documentary sources the newspapers, periodicals and magazines that circulated in the city, dictating new rules of coexistence, new patterns of socialization, publicizing the pharaonic projects of the city that was being restructured and the increasing scientific medical knowledge in institutionalizing, healing, and treating all social patients. As secondary sources, we have the reports and messages from the rulers, the codes of positions, laws and decrees, in addition to bibliographical references of a general and regional nature.

**Key-words:** Press; Daily Life; Madness.

## Práticas de leitura: o florescer da imprensa em Manaós

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época.... Capelato.



No dia 05 de setembro de 1852 o Amazonas foi elevado a categoria de Província do Amazonas, cercado por um vasto e denso território com uma vegetação específica de floresta, caracterizado por hábitos e costumes indígenas onde a cultura Ocidental se restringiu a poucas vilas, favorecida pela confluência de dois grandes rios - o Negro e o Solimões - formando o rio Amazonas, Manaus tem sua expansão territorial beneficiada pelos caminhos fluviais. Devido ao difícil acesso, os investimentos estatais demoravam a chegar ao extremo norte, inviabilizando uma nova estruturação que apagasse os traços coloniais, de forma que, assim como a lentidão das águas do rio Amazonas, a vagarosidade na qual as transformações econômicas, sociais e culturais chegavam nessa região contribuíram para a demora das mutações em todos os segmentos sociais.

Vemos no relatório do Presidente da Província Angelo Thomaz do Amaral que,

Uma das causas que retardam o desenvolvimento da província, é sem dúvida a descentralização de sua população, a qual vive a máxima parte separada por grandes distâncias, e n'esse isolamento que inabilita o homem de preencher o seu fim como ente social. (Fala do Presidente da Província)

A fala do Presidente mostra-nos que o difícil acesso da população influenciava diretamente no desenvolvimento da região, além disso, as peculiaridades da cultura amazônica caracterizadas pela oralidade dos povos indígenas e pelos conflitos entre a língua nativa e a língua portuguesa contribuíram para que somente alguns poucos brancos detivessem o poder da leitura e da escrita, porém de forma rudimentar. Em relação aos poucos habitantes alfabetizados a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro destaca-nos que, apenas 20% da população frequentavam os bancos escolares, e que a somatória que os governadores exibiam em seus relatórios num total de 8.497 alunos matriculados referem-se aos registros realizados em um período de dezessete anos. (Pinheiro, 2009, pp. 4-45)

Este fator é resultado da efetiva comunicação dos nativos, uma vez que, durante séculos o *nheengatu* foi utilizado como língua de comunicação interna deixando a língua do colonizador somente para assuntos burocráticos e administrativos. Dessa forma, a prática da escrita e da leitura, juntamente com as adversidades locais e a distância dos grandes centros associados à promiscuidade de comportamentos e aos ambientes de moradias que formam todo o conjunto estrutural e a dinâmica que retardaram as práticas do letramento em Manaus.

Pinheiro faz a seguinte observação em relação à formação cultural que envolve o Amazonas,

Quanto mais afastado de Belém em direção ao sertão amazônico, mais restrito tende a ser o espaço de inserção da cultura letrada. Um inequívoco exemplo da pouca presença de leitores no Amazonas aparece materializado nas falas dos diversos Presidentes da Província, nos momentos em que estes buscaram dar conta dos avanços da instrução pública, quase que exclusivamente associada, naquele período, ao ensino das “primeiras letras.”. (Pinheiro, 2009, p. 41)

Os anos provinciais foram de penúria econômica, afetando o desenvolvimento do Amazonas e, a educação formal ficou a mercê dos poucos recursos vindos dos cofres públicos. Nos relatórios lemos que os seminários religiosos e as salas de aula direcionadas as primeiras letras viviam do pouco que recebiam do governo provincial e

dos pagamentos de alunos particulares, havendo a necessidade de o relator justificar o recebimento do mesmo.

Nas décadas seguintes os relatórios apresentam dados estatísticos minuciosos sobre a situação da instrução pública. Nesses quadros podemos observar que os esforços para o letramento, de pelo menos uma parcela da população, estavam sendo realizados. Em 1868, no relatório lido pelo Presidente da Província João Willkens de Mattos, lemos que, mesmo com todo o empenho do poder público, a demanda superava as vagas oferecidas. Ainda neste documento o relator destaca que:

Sabeis que não é pequeno o sacrifício que faz a província com a instrução publica, som que até agora se possa considerar satisfactoria o resultado obtido. Não importa. A instrução é por si só objeto de profundo estudo e desenvolvimento bastante longo, mesmo muito demorado nas provincias que começa; - é trabalho de todos os dias e jamais terá um termo, desde que o progresso é indefinido. (Fala do Presidente da Província, 1868)

Na fala do então presidente é notória a preocupação com a educação formal no Amazonas e, sobretudo, em alfabetizar os habitantes em prol do progresso. Mesmo com os poucos investimentos na área, a instrução pública suspira os respingos didáticos.

Nesse contexto, o aumento da população letrada em Manaus aumenta a ponto da sinalização de um ambiente para leitura, ou seja, um prospecto para uma futura biblioteca é promulgado, sob a Lei nº 205 de 17 de maio de 1870, com um acervo inicial de 1200 livros. Por não alcançar o público e o sucesso esperado, a pequena sala é fechada.

Uma década depois da tentativa de um ambiente de leitura é fundada, com apoio de uma comissão de senhores que angariaram donativos e com despesas de funcionamento a cargo do governo, fundou-se a Biblioteca Pública Provincial, com o intuito de ser um local de recreação. A biblioteca também tinha interesse em fomentar a leitura como forma de desenvolvimento intelectual,

A lei do orçamento provincial para o anno financeiro de 1882-1883, no § 11 do art.º 5 consigna a verba de 6:000\$000 para serem gastos com pessoal, expediente e compra de utensílios de uma biblioteca provincial. Votando-a, acudistes ao impulso generoso de concorrer por esse meio para o **derramamento da instrução, e os fatos posteriores se encarregaram de provar que com esse acto satisfazeste a uma necessidade urgente, e traduzistes os verdadeiros sentimentos de quantos se interessam pelo desenvolvimento intellectual da província. (Fala do presidente da província, 1868)** (Grifo nosso)

Fomentar o hábito da leitura era uma das premissas que envolveram a consolidação da fundação da Biblioteca Pública Provincial. Para além desse espaço intelectual e de recreação houve, nesta reflexão, a importância em sinalizar as práticas da leitura em Manaus e as primeiras tipografias que configuram-se no cenário de ambiguidades regionais, pois a imprensa nasce da ansiedade da população em interagir com as notícias de forma integral e como meio de comunicação em massa.

A imprensa transformou profundamente as sociedades modernas, através das mudanças tecnológicas, culturais, sociais e econômicas. Nesse primeiro momento a imprensa escrita significava para as populações longínquas acesso às informações e aos acontecimentos que não chegavam em tempo real, mas de forma global.

Os aspectos citados acima se entrecruzam com a demora na implantação da imprensa tipográfica em Manaus. Tal demora na fundação dos primeiros jornais transcende a estratificação de classes sociais impostas pelo analfabetismo e pela oralidade, como nos afirma a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro:

As práticas da leitura coletiva, ocorridas nos espaços privados das casas ou nos espaços públicos dos cafés, quiosques, praças e esquinas, arregimentavam para a Imprensa um público cada vez mais amplo, ansioso não só por informação, mas também por participação. (Pinheiro, 2009, p. 9)

Em relação à implantação da imprensa no Amazonas, vemos em Pinheiro que:

A trajetória da Imprensa no Amazonas está ligada à própria constituição do aparelho de estado no Extremo Norte, já que é somente com a decretação da Província do Amazonas, em 1851, que se monta a primeira prensa em Manaus. Contudo, uma característica eminentemente *oficialesca*, presente nos primeiros anos, vai pouco a pouco dando lugar a diversificações não só estilísticas, mas também programáticas, fruto de sua inequívoca penetração nos mais diversos segmentos sociais. (Pinheiro, 2009, p. 9)

Desta forma, a primeira tipografia instalada em Manaus, no ano de 1851, foi comprada no Pará. Sua prensa rudimentar foi instalada em uma rua de chão batido, próximo ao extinto Igarapé do Espírito Santo que era de propriedade do tenente Manoel Silva Ramos, tipógrafo paraense que foi convidado por Tenreiro Aranha.

O primeiro jornal começou a circular com o nome de Cinco de Setembro. No mesmo ano mudou de dono passando às mãos do português Antonio da Cunha Mendes e foi rebatizado passando a se chamar Estrela do Amazonas. Posteriormente,

nascia o Jornal O Amazonas. Esse teve vida longa, persistindo até a primeira década do século seguinte.

As informações desses jornais se materializavam, sobretudo a partir das documentações governamentais que informavam principalmente sobre a conjuntura política da capital imperial, deixando pouca margem para os anúncios e para o noticiário local. Não fugindo à regra dos jornais que circulavam em outras capitais do Brasil, os primeiros jornais manauaras tiveram em seu cunho central os noticiários políticos, as façanhas dos governantes e a vida administrativa da Província.

Essa fase incipiente dos jornais manauaras perpassou a própria dinâmica da cidade, pois o difícil acesso, que encarecia os equipamentos, dificultava a vinda da mão-de-obra e cerceava novas tipografias.

Porém, o crescimento econômico apresentado com as grandes exportações de látex a partir da década de 1880 altera profundamente esse cenário. Senhores endinheirados equipam as novas tipografias com o que há de mais moderno, incluindo aí a xilografia.

Através da Lei de número 1 de 31 de agosto de 1892, criou-se a Imprensa do Estado, subordinada ao Governo do Estado. Suas publicações eram em conformidade com os regulamentos públicos. Nascia assim o Diário Oficial do Estado do Amazonas, com um crédito inicial de 80:000\$000 (oitenta mil contos de réis) para a compra de materiais indispensáveis para sua fundação, trazendo em seu artigo 1º a seguinte publicação:

Fica criada a Imprensa do Estado, como órgão de publicidade oficial, destinado à publicação dos atos oficiais, debates do Congresso Amazonense, expediente da Secretaria de Estado e outras repartições, crônica do foro com os despachos e sentenças dos juizes e tribunais, o movimento detalhado do comércio e navegação, indústria, arte e ciência, operando no Estado, as declarações, anúncios, bem como as leis, decretos, regulamentos e mais atos que forem determinados no seu regulamento. (Diário Oficial do Estado do Amazonas, 01-08-1892)

O *boom* da borracha também foi o *boom* da imprensa amazonense. Período de importância ímpar para a economia local e para a formação crítica dos cidadãos. Os periódicos, que antes publicavam notícias da conjuntura política, passaram a questionar a política, a economia e os investimentos realizados pelo governo; abriram espaço para os ensaios jornalísticos, que passam a apregoar em suas páginas informações, notícias, anúncios, greves, nascimentos, homicídios, suicídios, casamentos, crimes, propagandas, fofocas, casos de amor, de desilusão, literatura, crônicas, cenas do cotidiano, incluindo as petições de interações e prisões de

mendigos, prostitutas, loucos, alcólatras e órfãos, alertando a população dos doentes sociais, além de sugestões e reclamações. Através das representações realizadas nas linhas dos periódicos, as opiniões da tentativa de uma sociedade ordeira se formam. Críticas e elogios se constroem.

Oficialmente, no ano de 1895, os jornais que circulavam em Manaus eram assim dispostos: o Amazonas; Diário Oficial e A Republica. Sob o olhar de Genesino Braga, no ano de 1899, os principais jornais eram: Comercio do Amazonas, o Diário de Noticias, o Amazonas Comercial, a Federação, o Diário Oficial e o Amazonas. Não podemos deixar de lembrar que as grandes e melhores tipografias do período estavam nas mãos das famílias mais abastadas.

Leno nos coloca que:

A “grande imprensa” no Amazonas desenvolveu-se à medida que o *boom* econômico da borracha avançava e conviveu século XX adentro com pasquins mexeriqueiros, panfletos operários de cunhos anarquistas e socialistas, jornais estudantis como os do Liceu D. Pedro II, folhas femininas dedicadas as “grandes senhoras” da sociedade ou as “gentilíssimas leitoras” do Jornal do Comércio, “Politeamas” dedicados aos ilustres da cidade. Todos vingavam tão instantaneamente como desapareciam do cenário local. (SOUZA, 2010, p. 112)

Nossa intenção nesta reflexão é não levantarmos cronologicamente todos os jornais que circularam em Manaus e sim, entendermos a necessidade de citar a base da imprensa manauara e como ela se apresenta, em detrimento às “coisas cotidianas”, dos fazeres do Estado, da propagação dos discursos de ordem em perseguição à vida mundana, e assim entender, na sequência das reflexões, que veremos aqui as representações acerca do louco, da desrazão e da loucura.

Considerando, desta forma, os registros jornalísticos que, ajustados aos padrões ditados pela civilização, contrapunham-se a uma paisagem social distanciada daquela almejada pela elite, era necessário sanar esse espaço público e arejar os espaços privados da presença desagradável do louco. É nessa concepção que os letrados opinam, recriminam e contribuem para a intervenção social do médico alienista.

### **Cenas cotidianas: representações da loucura nos periódicos manauaras**

Os discursos jornalísticos no Brasil revolveram durante a Primeira República em torno de alguns aspectos que estabeleceram, grosso modo, a ordem política, econômica e social em consonância às vontades da elite do período. Em se tratando de elite, eram eles que pleiteavam as necessidades de reurbanização. Também eram deles que partiam as requisições das melhorias no social. Tais exigências iam ao



encontro das perspectivas em atrair investidores, principalmente ingleses. Neste aspecto, a imagem da capital na floresta deveria ser apresentada como uma fina estampa almejada pela burguesia manauara que, influenciados pela cultura europeia, tentavam implantar nos trópicos a revitalização do espaço de sociabilidade. Para tanto, era necessário realizar as mudanças propostas pela cientificidade, pelo saber médico, higienista e alienista.

Pinheiro sinaliza que:

É importante ressaltar que essas transformações físicas traziam consigo todo um movimento de pessoas e na cidade que, ao reestruturar-se, buscava adequar em espaços diferenciados seus habitantes, amparando-se na nova hierarquia sócio econômica que foi se estabelecendo. Queremos dizer com isso que a “modernidade manauara” apresentava em seu bojo, e de forma marcante, a exclusão social. (Pinheiro, 2009, p.50)

Sabemos que o cenário que instigava essas mudanças vinha da então Capital Federal. O poder público e os “doutores” que contribuíram para que essas mudanças ocorressem, além de se esforçarem para transformar o Rio de Janeiro em um centro urbano civilizado, instigavam as demais capitais do Brasil. Em Manaus, as ideias do novo, de deixar para trás a imagem provinciana da capital do meio do mato e instaurar na floresta uma cidade senão igual, muito parecida com as capitais europeias, se fez presente em todo o discurso da República Velha.

Lená Medeiros de Menezes, em sua obra *os Indesejáveis*, nos sagra com a afirmação de que

Os primeiros anos do século foram marcados pela importação de produtos e homens, usos e costumes, fazeres e lazeres, crimes e contravenções, valores e visões de mundo. Romper com a tradição urbana colonial, caracterizada pela indiferenciação espacial e pela promiscuidade social nas ruas, foi um desafio que a jovem república se propôs a responder. (Menezes, 1996, p. 31)

Desta forma as capitais, alinhadas ao progresso e à modernização, também investiram nos projetos de urbanização e medicalização dos espaços. Esquadrinharam, delimitaram e excluíram da cidade os doentes sociais que contrapunham a estética em voga.

Tão logo a Primeira República se consolida, esse processo de reurbanização toma forma e, dentro dessa perspectiva, os jornais tiveram em suas mãos as molas propulsoras para que essa exclusão ocorresse. Através de suas linhas, ajudaram a incutir na população, principalmente através da medicina legal, que os doentes sociais (bêbados, prostitutas, cafetões, viciados em jogatinas, vagabundos de toda ordem,



órfãos, mendigos, pobres de toda sorte e loucos debochados, abobalhados, mal falados, fétidos, falastrões) deveriam ser mantidos longe dos olhos das famílias de bem, das praças públicas, dos logradouros. Limpar, faxinar e desintoxicar as ruas e quartinhos privados. A ordem era segregá-los, interná-los e, sendo possível, curá-los, sendo essa tríade utilizada nos discursos oficiais.

Sabemos que por trás das cortinas da reurbanização - da poeira das demolições e das construções dos grandes prédios públicos, do embelezamento das ruas, da faxina famigerada que fora instituída em Manaus na tentativa fatigada de mostrá-la atraente aos olhos dos investidores estrangeiros e invejada pelas outras capitais brasileiras - havia outro cenário, com espetáculos recheados de reclamações que foram mostrados através das páginas dos jornais. Vislumbravam o desconforto da população com a presença indesejada de pessoas que impregnavam os ares com seus maus hábitos.

Vejamos o que nos diz o Jornal do Commercio:

Ha muito que a cidade de Manáos vem reclamando as vistas da policia. Ha muito, que ella é diariamente invadida por gente de má vida e gente sem profissão, que por ahi vive a grande, sem ninguem saber d'onde vem o luxo. Ninguem como nós considera e respeita o sr. Desembargador chefe de segurança, mas força é reconhecer que o serviço da nossa policia civil deixa muito a desejar. (Jornal do Commercio, 29-01- 1904)

Percebemos nesta reclamação que a população se incomodava com esta gente de má vida e sem profissão. Além disso, o trabalho da polícia deixava muito a desejar, pois deveria persuadir esta gente sem estirpe e enquadrá-los. É certo que a polícia não conseguia fazer a vigilância desses sujeitos considerados amorais, e sua ineficiência é comprovada no Anuario Estatistico do Brasil, publicado no final da década de 1930, mostrando-nos que o contingente de guardas para todo o Estado do Amazonas era de 148 efetivos e 1 comandante.

Prosseguindo nos reclames dos jornais que mostravam o cotidiano dos víveres desta Manaus, como vemos na coluna Queixas do Povo, do Jornal Quo Vadis? “[...] Pedem-nos para chamar atenção à quem competir para o estado de immundice em que se acha a rua Dez de Julho, no trecho do largo de S. Sebastião e rua Sete Setembro” (Jornal Quo Vadis?, 09-12-1902) . As ruas citadas neste reclame são do centro da cidade, ou seja, onde a reurbanização ainda era uma constante. Neste mesmo jornal encontramos, durante o período analisado, reclamações como: “[...] Moradores da rua 7 de Dezembro reclamam contra a falta de hygiene e asseio que se

nota no subsolo do predio nº.134, onde moram algumas pêssoas, que já começam a sofrer as consequencias d'esse descuido". (Jornal Quo Vadis?, 07-03-1903)

Nesta nota está latente que o subsolo era habitado por várias pessoas e que o local insalubre estaria afetando a saúde dos moradores e, consecutivamente, contrariando as prescrições descritas no Código Sanitário, dentro do artigo nº 117, que estabelecia que:

Quando os predios, particulares ou collectivos, por suas más condições hygienicas, não poderem continuar a servir, sem perigo para a saude publica, a autoridade sanitária, além de impor as multas que no caso couberem, intimará logo os proprietários ou sublocadores e fechal-os dentro doprazo que fixar, e só poderão ser reabertos depois de feitos os melhoramentos julgados necessários. Não sendo cumprida a intimação, a autoridade sanitária participará, por escripto o facto à Diretoria Geral e requisitara o auxilio policial. (Código de Postura, 1994)

Direta ou indiretamente os periódicos, por meio de suas colunas, davam voz aos reclames da população e ajudavam a polícia sanitária a cumprir as resoluções de higienização dos espaços privados. Comportamentos inaceitáveis eram denunciados pelos vizinhos, como vemos as Queixas do Povo, do Jornal do Commercio:

Um morador da avenida 13 de maio, pede-nos que chamemos a atenção da policia para a desenfreada jogatina que se faz todos os dias na casa n.18 da referida avenida. É raro o dia em que aquella não termina em pancadaria a velar. (Jornal do Commercio, 04-05-1908)

E no que tange aos espaços públicos lemos, no mesmo jornal citado acima, um dos inúmeros pedidos de limpeza das vias públicas: "[...] moradores da Rua Costa Azevedo reclamam contra uma privada, que existe na mesma rua. Pedimos ao sr. dr. Alfredo da Mata, "providencias afim de não fazer mal a saude publica aquelle mao cheiro."( Jornal do Commercio, 10-03-1904)

Os pedidos de providências enchiam as páginas dos jornais. Alguns citavam o nome das autoridades competentes, outros solicitavam, de forma clara, que os problemas fossem sanados. Reivindicações citando o estado de abandono de terrenos com indiretas ao proprietário também eram publicadas:

Não começamos nas reclamações por mais vezes repetidas e jamais attendidas sobre o terreno baldio, consigno a essa n.15 da rua Ferreira Penna.

Parece que o feliz proprietário do referido terreno gosa do privilegio de zombar das posturas municipaes de afrontar a autoridade dos fiscaes.

Em virtude da reclamações nossa foi o desabusado proprietário intimado, como somos no expediente da secretaria da intendência, a mandar murar a frente daquelle terreno, dentro de determinado praso.

[...], attendeu o proprietário e seu terreno coberto de matagal continua a ser [...], de imundicio depositada, animaes mortos, de matérias fecaes que exalam um cheiro insuportavel.

Será possível que nesta quadra, sem que a poste,[...], ameça de invasão a nossa capital permaneça no centro da cidade um foco de infecção?

Providencias, senhores da intendência.

Providencias, sr.dr.director de hygiene publica.(Jornal Quo Vadis?, 02-02-1904)

Situação comum na sociedade brasileira, o não cumprimento das leis e os privilégios de alguns cidadãos, são noticiados aqui pelo desleixo do proprietário e pelo abuso em descumprir a legislação vigente. Todavia, o poder público tentava fazer a sua parte. Em nota publicada no Jornal do Commercio de 19 de setembro de 1909, vemos que: “ O superintendente municipal ordenou ao contractante da remoção do lixo, que se faça remover as immundices que se acham nas ruas Municipais.” E chamam à atenção para que as multas sejam aplicadas: “[...] Aos fiscaes – Multem na forma do código de posturas a todas as pessoas que deitarem lixo nas ruas da cidade, depois que tiver passado o carro destinado ao serviço de limpeza publica”. (Jornal O Commercio, 31-03-19110)

Porém, alguns servidores públicos não satisfaziam em contento a população, como vemos nesta nota:

Diversas pêssoas nos tem vindo pedir, para reclamar dos fiscaes da Intendencia a repressão dos abusos que diariamente se dão de transitarem pelos passeios das ruas e praças, padeiros com sestos e carregadores de volumes diversos, dando encontrões nos transeuntes como varias vezes temos observado. Parece que o art. 23, pune o infrator em 10\$000 de multa ou um dia de prisão. Um abuso também em moda, é a colocação de cadeiras nos passeios públicos contra o expresso do art. 45, pois embaraça o transito dos transeuntes. (Jornal do Commercio, 26-04-1913)

E não eram somente os fiscaes da Intendência que desagradavam os habitantes, como podemos analisar nesta outra nota:

Temos recebido várias reclamações contra os motoristas dos bondes que não param os seus veículos a pedido dos passageiros. Dizem os reclamantes que assim são obrigados a ultrapassar consideravelmente o ponto em que querem ficar, queixando-se outros de não poderem tomar o bonde onde queriam. Parece que o

melhor meio de evitar essas reclamações era que a empresa marcasse lugares certos para a parada de bondes, como se usa no Pará (Jornal do Commercio, 04-06-1911).

Percebemos que havia, no contexto da Manaus que se reurbanizava, problemas primários como: intimação de proprietários de habitações e prédios comerciais para se adequarem às leis e códigos em vigência; recolhimento de lixos das vias públicas e de animais mortos; limpeza de terrenos baldios, bueiros, casas e hotéis que apresentavam sujeiras em demasia; internamentos e prisões de indivíduos que faziam arruaças, causavam desordem, mendigavam e proliferavam doenças. Este cenário contradiz com o que o poder público e a elite queriam implantar na cidade: uma urbe limpa, ordeira e progressista, digna de ser comparada às capitais europeias.

Esse lado social deficiente, precário, insalubre e proliferador de doenças é reforçado pelos cidadãos que perderam seus empregos com a queda vertiginosa do látex no mercado exterior. A partir de 1915, este cenário de declínio ganha maior visibilidade nas páginas dos jornais aumentando as reclamações de descaso, esquecimento e desamparo do poder público para com a população e, em contrapartida, os governantes que sucederam à administração em Manaus também utilizavam dos jornais para publicar as arrecadações de impostos, fazendo comparações com os anos do apogeu da borracha e mostrando aos habitantes que nada poderia ser feito.

Para piorar a situação, os proprietários dos comércios que subsidiavam a economia interna foram buscar em outras regiões mecanismos de sobrevivência, aumentando a massa de desempregados que passaram a viver nos bairros suburbanos. Segundo Loureiro:

[...], que pela sua população e grande comércio fora a cidade mais rica do mundo, estava tomada pela miséria e pela tristeza. Das 8.000 casas que a constituem, mais de 2.000 estão desabitadas, inclusive inúmeras nas principais ruas comerciais. As famílias menos abastadas tiveram de constituir verdadeiras repúblicas, para assim, reunidas, repartindo as despesas, poderem fazer face às dificuldades (Loureiro, 1986, p. 116).

A situação econômica estava complicada a ponto de o governo do Estado fazer empréstimos para conseguir manter a máquina pública. A queda das exportações do látex influenciou concomitantemente à sociedade manauara. Uma das primeiras medidas foi “[...], a incursão no quadro do funcionalismo público para lhe diminuir o âmbito. A meza do orçamento não comportava os talhes que nella figuravam, pelo que o mais elementar bom senso aconselha a sua redução.”(Mensagem do Desembargador, 1921, p. 29)

Em 1930, o interventor do Estado assim dispôs sua análise sobre o problema econômico que assolava o Amazonas:

O interventor apesar de se defrontar com uma economia em crise, determinou um levantamento das dívidas – internas e externas – do estado a fim de se posicionar frente a uma situação financeira complicada que aniquilava o Amazonas e o tornava ingovernável. Foi aprovado um novo orçamento e a ordem de diminuição de gasto públicos estendeu-se aos municípios, onde todas as despesas deveriam ser aprovadas pelo interventor. (Santos, 1997, p. 8-87)

Esta é uma breve observação do cenário de penúria econômica vivida em Manaus: demissões, êxodo populacional, falência de comerciantes e seringueiros, fechamento de bancos e casas de câmbio, aumento da marginalização. Esta reflexão está paralelamente ligada ao louco e seus companheiros de fama, pois a famigerada institucionalização que ganhara força nas primeiras décadas republicanas não se consolidou, assim como a reforma do prédio do hospício. As observações realizadas aqui sobre os problemas econômicos vividos pós-apogeu gomífero se faz necessário para entendermos as consequências desta crise que envolveu toda a sociedade manauara.

Remetermos ao panorama no qual vivia a sociedade fragilizada de Manaus da Primeira República e a somatória das consequências trazidas pela modernização que excluía e segregava, é contrapor as vozes que não se cruzam, pois, se para os indivíduos tidos como normais, que tinham recursos para reclamar seus direitos às condições de resolução não eram das melhores, imaginemos para os loucos? Internados a força, segregados a depósitos chamados de hospícios, excluídos da vida em família, dessocializados, aparecendo nos noticiários impressos como casos de polícia, em boletins sensacionalistas e tratamentos revolucionários.

Os loucos, incapazes de responder pelos seus atos e, no período em questão, estudados com afinco pelos alienistas nacionais que implantavam nas cidades a idealização do eugenismo, do sanitarismo, da higienização e da salubridade, eram cooptados às instituições competentes e, no caso específico de Manaus, ao Hospício Eduardo Ribeiro que, assim como o restante da população, ficou à deriva. Sua reforma, que andava a pequenos passos devido à distância, com a crise econômica passou a engatinhar.

Mesmo que na prática os projetos não atingiam todos os espaços de sociabilidade as normatizações, leis e códigos não eram seguidos à risca: os loucos estavam lá, e eram noticiados nas páginas dos jornais.

Para além dos pedidos de higienização do espaço público e privado, as colunas publicadas no período traziam em seu contexto os sujeitos que proliferavam as vias de sociabilização. Degradavam a moral e os bons costumes. Os impuros sociais deveriam ser recolhidos aos órgãos competentes.

Além da polícia criminal e sanitária, dos ideários cientificistas e dos programas de higienização e separação dos doentes sociais, esses poderes ganham reforços através das denúncias ou notícias realizadas via reclames dos jornais. A pobreza, as doenças e a maledicência eram segmentadas em espaços específicos.

Muitas vezes, juntavam-se vários fatores à loucura, à indigência, à gatunagem em um mesmo noticiário, como vemos no Jornal Comercio do Amazonas, de 04 de novembro de 1899: “Ao Asylo de Alienados foi recolhida a indigente Francelina do Rego Brasileiro”. No Jornal do Comercio de 27 de abril de 1904: “Por achar-se sofrendo das faculdades mentaes foi hontem recolhida ao hospício Eduardo Ribeiro a indigente Francisca da Conceição”. E no Jornal Quo Vadis? de 09 de janeiro de 1904, na mesma nota, a seguinte informação de recolhimento aos órgãos competentes:

Ao xadrez do posto policial foram hontem detidos: José Carlos de Oliveira e José Soares da Fonseca, por gatunagem; Sebastião de Araújo para averiguação o; Manoel Antonio Leite, Maria da Conceição e Antonio de Oliveira por desordens.  
Indigente: Ao hospital da Santa Casa de Misericordia foi hontem recolhido para tratar-se Maria do Rozario.

As loucas não passavam despercebidas dos olhares controladores da polícia: “Gertrudes Maria de Jesus, com 22 annos de idade, parahybana, foi recolhida hontem com guia da polícia ao hospício Eduardo Ribeiro por estas sofrendo de suas faculdades mentaes”. (Jornal do Comercio, 25-08-1905) “Foi recolhida ao hospício Eduardo Ribeiro, com guia da polícia a mulher de nome Antônia de Castro, de 30 annos brasileira”. (Jornal do Comercio, 14-07-1907) E com guia do médico legista “Ao hospício Eduardo Ribeiro foi recolhida a louca Antônia Aurélia de Araújo, com attestado do medico legista dr. A. Maia”. (Jornal do Comercio, 23-10-1910). Esta última notícia nos sugere que algumas internações passavam pelo médico legista, talvez por essas mulheres terem brigado nas ruas e terem sido levadas à polícia.

A Primeira República no Brasil foi marcada pela consolidação das forças institucionais em prol da organização social. As badernas urbanas estavam no alvo da força policial e, em Manaus, esse fator não era diferente. Lemos, nas colunas, as variantes das internações e prisões destes vesânicos que, depois dos procedimentos legais, eram encaminhados ao Hospício Eduardo Ribeiro:

Acha-se presa no xadrez da segunda delegacia, a fim de ser recolhida ao Hospício Eduardo Ribeiro, para ahi ser devidamente observada, a mulher Luzia Francisca Pereira, que parece estar sofrendo das faculdades mentaes. (Jornal do Commercio, 24-09-1913)

Na coluna Coisas Policiaes do Jornal do Commercio, aparecem pessoas encaminhadas ao Hospício, vindos de outras localidades:

Por intermédio da policia forma internados ao hospício Eduardo Ribeiro, os loucos Araulpho Souza Campos, solteiro de quarenta e dois annos de idade, e Luiz Borges, de vinte e cinco annos de idade, solteiro, parahybano, os quais chegaram do Rio Juruá, pelo vapor Aymoré. (Jornal do Commercio, 08-02-1921)

Os encaminhamentos continuam:

Acompanhado de um officio do delegado de policia de Porto Velho, chegaram dessa cidade pelo vapor Aymoré, os loucos Cesario Gonçalves dos Santos, hespanhol, de trinta e oito annos de idade e Eugenia Lima Belfort, maranhense, de vinte e um annos de idade. Foram apresentados à autoridade de permanência da delegacia devendo ser, hoje, recolhidos ao hospício Eduardo Ribeiro. (Jornal do Commercio, 21-08-1921)

As internações, a cabo da polícia, são noticiadas na coluna Coisas Policiaes do Jornal do Commercio a partir do ano de 1914. Antes, as notícias de condução dos vesânicos apareciam em colunas diferenciadas deste jornal. Neste contexto, exploramos como fontes documentais as publicações que mais nos chamaram à atenção. Essa relação se estabeleceu na medida em que os loucos e loucas aparecem em seu trajeto até o hospício Eduardo Ribeiro.

Os loucos eram os indesejáveis, desordeiros, alcoólatras, indigentes, prostitutas, que foram recolhidos, internados e aprisionados, prevalecendo a manutenção e disciplinarização dos espaços públicos e privados. A afirmação da historiadora Lená Medeiros de Menezes vem de encontro às notas jornalísticas, visto que:

Entre os ideais disciplinares, projetados do alto, e a realidade cotidiana vivida pela cidade uma larga distância se evidenciava. Desde os primeiros tempos republicanos, a presença das classes perigosas destacou-se nas preocupações das autoridades constituídas, definidas como um dos mais graves problemas enfrentados [...]. (Medeiros, 1996, p. 131)



Reportagens impregnadas pelo discurso higienista e civilizatório refletiam a interdição realizada sumariamente em nome da modernização atingindo, em grandes escalas, os sujeitos de baixo escalão moral, mental e econômico e, dentre eles, o objeto central desta pesquisa – os vesânicos – que partilhavam das mesmas condições.

Nesta perspectiva o louco em sua loucura incomoda o poder público bem mais que seus companheiros de fama, pois com a prostituta, além de seu comportamento profano, seu corpo era objeto de estudo. Com elas a medicina e a polícia poderiam agir de diversas formas: fechar os bordéis, prender seus cafetões, prendê-las se trabalhassem nas ruas e, em hipótese remota, casá-las. Sobre essa afirmação Engel discorre que:

A prostituição é assim concebida como um perigo escondido nos “antros” e coberto por um “véu”. Um perigo desconhecido que, apesar de “repugnante”, “imundo”, “miserável” e “degradante”, deve ser estudado pelo médico. [...], é preciso que o médico faça da *ameaça* oculta, uma *ameaça* conhecida e classificada, tornando-a, assim, controlável. (Engel, 1989, p.66)

Seguindo essa linha de pensamento, aos que cometessem qualquer tipo de crime, a justiça se encarregaria dele prendendo-o, julgando-o e condenando-o. Aos indigentes, mendigos e alcoólatras, internação para tratamento; aos órfãos, orfanato ou adoção; aos doentes de diversas mazelas, a Santa Casa de Misericórdia. Porém, todos os citados acima tem algo em comum: a razão, que, por menor que fosse, não os colocavam na categoria que os loucos ocupavam, ou seja, o ponto mais baixo da humanidade.

Contudo, a desrazão humana está presente na vida habitual e a elite manauara, gostando ou não, respirava na mesma atmosfera tropical dos loucos. E esse ar de modernidade necessitava de purificação. Dessa forma, as internações eram uma premissa, como vemos no Amazonas Commercial de 21 de fevereiro de 1900, na coluna A Lápis: Recolheu-se hontem ao asylo Eduardo Ribeiro, para ter o devido tratamento, o indigente de nome Luiz Pereira Pessoa que está sofrendo das faculdades mentaes. No Jornal A Federação de 07 de novembro de 1900, uma nota anônima relata:

Chamamos a atenção da autoridade competente para um louco, que vive vagando pela praça S. Sebastião, proferindo obsconidades e alarmando as famílias com altos gritos. Será um acto de caridade recolher esse infeliz ao hospício de alienados. (Jornal A Federação, 07-11-1900)

Menezes pontua que “[...], desclassificados forjados pela modernidade, firmaram-se como objetos centrais da ação repressiva desencadeada pelas autoridades republicanas na virada dos novecentos e nas primeiras décadas do novo século, [...]” (Menezes, 1996, p. 92). Os mandatos de internação faziam-se cumprir através da expedição de laudos prescritos pelo médico legista que, sendo técnico cientista da medicina, desempenhava seu papel concomitante ao poder jurídico e atestava a loucura para a reclusão. Essa afirmativa vem representada nas notas esparsas dos jornais locais, como vemos:

Com atestado do medico legista foram recolhidos ao Hospicio Eduardo Ribeiro os loucos João de Aquino e Francisco de Barros Cavalcante. Depois de passado o competente atestado medico, foi internado no Hospicio Eduardo Ribeiro Josepha de Queiroz que se acha com as facultades mentaes perturbadas. É natural do Ceará e tem quarenta anos. (Jornal Imparcial, 24-07-1918)

Nas notas jornalísticas o louco aparece sempre sendo internado com atestados de médicos legistas e levados pela polícia ao hospício, de forma a ser amparado pela medicina e psiquiatria que, naquele período, se desdobrava nas teorias, práticas e especificidades acerca da loucura.

As competências na demarcação e instituição da loucura estão presentes na Primeira República através das junções já enunciadas aqui. Simbolicamente, cada indivíduo deve ocupar seu lugar: o bonito, o feio, o limpo, o sujo, o bom, o ruim, o doente e o são, visto que habitam esse espaço e fazem parte de todo esse sistema. Porém, existem as fraturas sociais e, dentro delas, a loucura que não se comunica com o simbolismo social estabelecido. O louco não pertence a esse mundo urbano, e talvez não se sinta pertencente ao mundo racional. Desta forma, os loucos urbanos que podemos aqui classificá-los em loucos alcoólatras, loucos profanos, loucas promiscuas, loucos criminosos, loucos de loucura e loucos sociais, rompem as barreiras do não pertencimento, passando a incomodar toda a dinâmica da movimentação da cidade e dos cidadãos.

O incômodo que o louco causa pela sua desobediência irracional, por seus atos, pelo vandalismo de sua fala faz com que as autoridades competentes vigiem e internem os loucos que transitam pelas ruas.

A loucura também figura nas classes sociais. Os loucos urbanos, que transitam pelas ruas não se esbarram com os loucos das famílias abastadas. Esse encontro não aparece nem nos jornais, tampouco nas internações. Aos abastados, alas separadas de internação em espaços separados dos demais.

Diferentemente das outras doenças sociais como a prostituição, o alcoolismo, as doenças sexualmente transmissíveis, as viroses e as bactérias, a loucura figura dentro destas, mas não se enquadra nos diagnósticos comuns. Pela invisibilidade da doença, os tratamentos que estão em testes e as características específicas colocam a loucura em um patamar incomum. Contudo, os conceitos médicos incorporavam como doença todos os desequilíbrios e desordens que moravam na cidade.

Uma verdadeira rede de internações se formava: pessoas eram enviadas para tratamento e apareciam em jornais de diversas formas. A impressão que se tem é que esses loucos viajavam do interior desacompanhados e eram remetidos ao asilo de alienados, o que nos sugere que existia no Amazonas vapores que faziam o papel da Nau dos Loucos, como percebemos nesta nota: “foi remetido ontem pelo prefeito de Segurança do Asylo de Alienados a louca Thereza Rosa de Lima, chegada do Rio Juruá, a bordo do vapor «Princesa Isabel»” (Jornal Commercio, 03-03-1899), ou ainda, “[...] enlouqueceu a bordo do vapor Eurico, o nacional José Santtiago da Silva. (Jornal do Commercio, 14-11-1911)

Um caso publicado no Jornal A Capital, em 30 de dezembro de 1917, nos chama à atenção - **De bordo do “Parahyba” um louco se atira ao rio** - São baldados todos os esforços para salvá-lo:

Em sua viagem de descida do Acre, navegava o vapor Parahyba, do comando do piloto Cardoso de Farias, pela altura do porto de Iracema, no Rio Púrus, quando, sem que se pudesse evitar, atirou-se ao rio o passageiro de terceira classe Manoel Zeferino, que se achava soffrendo das faculdades mentaes. Arriada e guarnecida a montaria de bordo, foi em busca do tresloucado, que alcançando o barranco do rio, internou-se na mata. Infrutíferos foram todos os esforços para descobrir o fugitivo, pelo que o comandante do Parahyba resolveu recommendar em uma barraca proxima prestassem socorros, caso aparecesse o louco. Prossequindo sua viagem, registrou ocorrência no diário da navegação. Como lhe competia, o comandante arrecadou o espolio do infeliz, que será entregue a quem de direito. (Jornal A Capital, 30-12-1917)

Os loucos noticiados nas páginas dos jornais manauaras são parte integrante desta sociedade e estão intrinsecamente ligados às cenas cotidianas. Conforme a cidade se amplia, se movimenta e se urbaniza, os vesânicos ganham visibilidade e tornam-se instrumentos de pesquisas médicas, da institucionalização e administração da loucura nos primeiros anos republicanos concernentes ao tempo histórico que o país vivia.

A loucura transita em todas as classes sociais e profissionais, como é o caso a seguir:

[...], pelo secretario do governo do Estado foi declarado ao comandante da Força Policial que, de ordem do coronel governador, o 2º tenente Álvaro Valentim Gomes, d'aquelas força, recolhido ao Hospício Eduardo Ribeiro, deve ficar, por enquanto em observação medica. (Jornal do Commercio, 26-11-1911)

Este 2º tenente pode ter sido internado para observação por vários motivos: má conduta, desertor, brigas, alcoolismo, castigo. Não podemos afirmar o motivo real, o certo é que o Hospício Eduardo Ribeiro recebia loucos de ordem. As notícias em relação aos tratamentos para a loucura também eram publicadas.

Presentemente, a electricidade faz recua a morte, e a cadeira electrocutores é a última palavra das suas applicações às moléstias sensitivas ou nervosas. D'Arsonval, o seu inventor, dis que as ondas luminosas produzem effuvios electricos formigáveis, não perceptíveis pelos homens, e inofensivos, quando as oscilações são levadas à alta frequência, e que também poddem matar-o somente com duzentas alternativas por segundo. Esses effuvios, applicados therapeuticamente curam o arthritismo, esse estado constitucional que é a base de todos os desarranjos do systema nervoso. (Jornal do Commercio, 09-03-1908)

Raras, mas não poucas, foram as notas de falecimento de pacientes, como podemos perceber nas notas abaixo.

Falleceu hontem no hospício Eduardo Ribeiro e será sepultado hoje no cemitério São João, o infeliz Raymundo Victor José de Souza, cearense, casado e que ahi exercia a profissão de agricultor. (Jornal do Commercio, 07-04-1904)

[...]Manoel Joaquim, filiação ignorada com 38 annos, febre palustre continua fallecido às 7 horas da manhã de hontem e despachado às 10, attestado do hospício Eduardo Ribeiro. (Jornal do Commercio, 28-04-1907)

[...]Eduardo Rodrigues da Silva, filiação ignorada, com 30 annos,beriberi atrophico,fallecido às 11:horas da manhã de ontem-hontem e despachado às 9 ½ da manhã de hontem, indigente do hospício Eduardo Ribeiro.

[...] Falleceu no hospício Eduardo Ribeiro a alienada Francisca da Conceição, brasileira de 28 annos de idade. (Jornal do Commercio, 06-05-1915)

Citamos aqui alguns dos falecimentos ocorridos no hospício Eduardo Ribeiro. As causas dos óbitos nem sempre eram divulgadas. O que sabemos, também através das páginas dos jornais, é que o Hospício Eduardo Ribeiro não ficou de fora das doenças que assolavam a população:

Outra denuncia grave chegou ao nosso conhecimento. No dia quatorze do corrente, surgiram dous casos de varíola no Hospicio Eduardo Ribeiro, tendo o diretor desse estabelecimentos de alienados, de comum accôrdo com os drs. da Sta Casa de

Misericórdia e diretor do Serviço Sanitário do Estado, removidos para o Hospital do Umirisal, onde se acham em tratamento.(Jornal do Commercio, 29-06-1914)

No mesmo ano, os loucos epiléticos receberam soro anticrotálico, vindo de São Paulo 22 tubos. A matéria de meia página chama-nos à atenção pela data da publicação: 25 dezembro de 1914. Nela, uma entrevista com o então diretor do asilo de alienados Dr. Tuariano Meira, onde este explica que o soro tem surtido efeito de cura em epiléticos no Asylo de Alienados de Pernambuco. Além disso, o médico ressalta que a aplicação não é dolorosa. Em uma breve vistoria pelo prédio do Asylo, ele explicita que, tanto a estrutura física quanto os doentes encontravam-se em ótimas condições, levantando-nos a suspeita de que talvez esta seja uma matéria paga, uma vez que nos relatórios, mensagens e periódicos locais a situação do hospício Eduardo Ribeiro não era bem assim.

Apesar dos relatórios do Hospício de Alienados Eduardo Ribeiro terem se perdido com o tempo, as esparsas publicações dos jornais em relação aos tratamentos realizados naquela instituição, tanto da varíola que assolara o Estado quanto da epilepsia ou da beribéri, tão comum naquele período, não podemos afirmar quais foram os métodos adotados, tampouco problematizarmos sobre tal assunto. Ficam nas dúvidas, tão relativas ao trabalho do historiador.

Após vasculharmos a imprensa cotidiana e explanarmos a visibilidade do louco e da loucura nos espaços de sociabilidade, temos a latente resposta de que a imprensa brasileira operou diante das grandes transformações que ocorreram no país. E essas mudanças atingiram todas as classes, todos os segmentos profissionais e todos os doentes sociais, que foram alvo das políticas de reurbanização e dos projetos intervencionistas.

Os jornais, folhetins e impressos de toda a ordem se manifestavam, ou contra ou a favor, com matérias gratuitas ou pagas. Opinavam em questões como os processos institucionais, econômicos, sociais e dos progressos e conflitos da ciência, onde esclareciam e questionavam a ebulição vivida pelo corpo médico brasileiro sobre as doenças convencionais que atingiam a população e as não-convencionais, como a loucura.

## **BIBLIOGRAFIA:**

ENGEL, Magali Gouveia (1989): *Meretrizes e Doutores, saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense.

LOUREIRO, Antonio José Souto (1986): *A Grande Crise (1909-1916)*. Manaus: edição do autor.

MENEZES, Lená Medeiros (1996): *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade, protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (2009): *Imprensa e Cultura Letrada no Amazonas*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza.

\_\_\_\_\_, Maria Luiza Ugarte (2015): *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*; Manaus: EDUA.

\_\_\_\_\_, Maria Luiza Ugarte (1999): *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1889-1925)*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas.

SANTOS, Eloína Monteiro dos (1997): *Uma Liderança Política Cabocla*. Manaus. Ed. da Universidade do Amazonas.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (1993): *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão social no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

SOUZA, Leno José Barata (2010): *Cultura impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário Tempos Históricos*. Volume 14. 2º semestre.

## **Falas, Relatórios e Códigos de Posturas**

Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1.o de outubro de 1857 pelo presidente da provincia, Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1858.p.56.

Relatório com que o exm.o sr. presidente da provincia do Amazonas, tenente coronel João Wilkens de Mattos, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de abril de 1869. Manáos, Typ. do Amazonas do Antonio Cunha Mendes, 1868.p.17

Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá. Manáos, Typ. do Amazonas, 1883.p.33.

Código de Posturas, Leis, Decretos e mais resoluções do Conselho Municipal do Estado do Amazonas/1904.

MENSAGEM lida perante a Assembléia Legislativa, na abertura da Terceira Sessão Ordinária da Décima Legislatura, pelo Exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, Governador do Estado, a 10 de julho de 1921. p. 29.

O Jornal Estrela do Amazonas foi publicado até 1866.

**Periódicos:**

Jornal do Commercio, 29 de janeiro de 1904.

Jornal Quo Vadis? 09 de dezembro de 1902.

Jornal Quo Vadis? 07 de março de 1903.

Jornal do Commercio, 04 de maio de 1908.

Jornal do Commercio, 10 de março de 1904.

Jornal Quo Vadis? 02 de fevereiro de 1904.

Jornal do Commercio, 31 de março de 1911.

Jornal Correio do Norte, 26 de abril de 1913

Jornal Correio do Norte, 04 de junho de 1911.

Jornal do Commercio, 25 de agosto de 1905.

Jornal do Commercio, 14 de julho de 1907.

Jornal do Commercio, 23 de outubro de 1910.

Jornal do Commercio, 24 de setembro de 1913.

Jornal do Commercio, 08 de fevereiro de 1921.

Jornal do Commercio, 19 de outubro de 1907.

Jornal do Commercio, 21 de agosto de 1921.

Jornal do Commercio, 29 de março de 1922.

Jornal Imparcial, 24 de fevereiro de 1918.

Jornal Imparcial, 24 de julho de 1918.

Jornal Commercio do Amazonas, 03 de março de 1899.

Jornal do Commercio, 14 de novembro de 1911.

Jornal Quo Vadis, 17 de maio de 1903.

Jornal do Commercio, 26 de novembro de 1911.

Jornal do Commercio, 07 de abril de 1904.

Jornal do Commercio, 28 de abril de 1907.

Jornal do Commercio, 06 de maio de 1908.

Jornal do Commercio, 06 de maio de 1915.

Jornal do Commercio, 29 de junho de 1914.